

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.320 - SP (2019/0066203-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON - SP103560
RONALDO VASCONCELOS - SP220344
ADVOGADA : CAROLINA BARROS DE CARVALHO MIRANDA - SP324104
AGRAVADO : BANFORT BANCO FORTALEZA S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADO : OLYNTHO DE RIZZO FILHO - ADMINISTRADOR JUDICIAL -
SP081210
AGRAVADO : FRANCISCO GOMES COELHO
ADVOGADO : JOSÉ ADRIANO PINTO E OUTRO(S) - CE001244
AGRAVADO : ELEN BRAGA SANCHO
AGRAVADO : ÉLIO DE ABREU BRAGA
AGRAVADO : INIMÁ BRAGA SANCHO
AGRAVADO : JOÃO RAIMUNDO SANCHO
AGRAVADO : JOSÉ AFONSO SANCHO JÚNIOR
AGRAVADO : JOSÉ RIBAMAR FERNANDES BRANDÃO
AGRAVADO : JOSÉ TEMER BRAGA SANCHO
AGRAVADO : MARIA TANIA SANCHO DO NASCIMENTO
AGRAVADO : MOISÉS RODRIGUES SANCHO
AGRAVADO : JOSÉ AFONSO SANCHO
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO FERRIANI - SP031469
ADRIANO JAMAL BATISTA E OUTRO(S) - SP182357
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : ROMILDO CANHIM.
ADVOGADO : PEDRO JAIR BATTAZZA - SP012806
INTERES. : WALDSTEIN IRAN KUMMEL
INTERES. : LUIZ CARLOS COUTINHO LIMA
ADVOGADO : IEDA RIBEIRO DE SOUZA - SP106069
INTERES. : VALDIVIO JOSE BEGALLI
INTERES. : VICENTE ALDEMUNDO PEREIRA
INTERES. : VOLNEY DO REGO - ESPÓLIO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ARRESTO. BENS DA FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO (FHE). INSTITUIÇÃO EQUIPARADA À AUTARQUIA FEDERAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA TORNAR SEM EFEITO A DECISÃO AGRAVADA.

DECISÃO

A Fundação Habitacional do Exército (FHE) interpõe agravo interno, às fls. 405-410 e-STJ, contra decisão singular deste relator, cujo teor é o seguinte (e-STJ fls. 397-398):

Superior Tribunal de Justiça

Trata-se de recurso especial interposto pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) coontra acórdão oriundo do TRF da 3ª Região.

É o breve relatório. Decido.

Preliminarmente, a leitura dos autos evidencia que a questão de fundo gravita de torno de ação de arresto ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, nos autos do processo de liquidação extrajudicial do Banco Fortaleza S/A (BANFORT) (posteriormente convolado em ação falimentar), por meio da qual o *Parquet* objetiva o arresto de bens dos ex-administradores da instituição financeira supra e da Fundação Habitacional do Exército (FHE). Portanto, sobreleva notar que a ação cautelar de arresto foi ajuizada incidentalmente nos autos da falência, processo principal, cuja competência para julgamento é das Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça para o julgamento e processamento do feito, a teor do que dispõem os incisos VIII e IX do § 2º do art. 9º do RISTJ:

Art. 9º A competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em

função da natureza da relação jurídica litigiosa.

[...]

§ 2º À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a:

[...]

VIII - comércio em geral, inclusive o marítimo e o aéreo, bolsas de valores, instituições financeiras e mercado de capitais;

IX - falências a concordatas;

Diante disso, redistribuam-se os presentes autos a um dos ministros que compõem as Turmas da Segunda Seção.

A agravante aduz, em suma, que "[...] a matéria do recurso especial está intimamente ligada com a natureza jurídica da recorrente FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO, equiparada à entidade autárquica federal, e é de interesse da UNIÃO, uma vez que se discutirá a impenhorabilidade de bens da FUNDAÇÃO determinada por lei" (e-STJ fl. 406).

Ao final, requer a reconsideração do agravada ou seja a presente insurgência submetida a julgamento no âmbito do órgão colegiado.

Com impugnações.

É o relatório. Decido.

A pretensão recursal merece guarida. Isso porque, de fato, a FHE é instituição equiparada à autarquia federal, razão pelo qual subjaz o interesse da União no feito.

Isso posto, **dou provimento** ao agravo interno e **torno sem efeito** a decisão de fls. 397-398 e-STJ.

Com o trânsito em julgado desta decisão, retornem-me os autos para apreciação do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator